



VESTIBULAR: UM ESTUDO DE CASO NO CEFET-PA

H. S. C. ROCHA

Diretoria de Ensino Superior – CEFET-PA
Av. Almirante Barroso, 1155 Marco CEP 66.000-000 Belém-PA
E-mail: helenacefetpa@yahoo.com.br

RESUMO

Objetivando conhecer a real demanda dos candidatos a uma vaga nos cursos superiores desta instituição, quanto à cor, procedência, sexo, inscritos por faixa etária e de renda, dentre outros é que apresentamos, por intermédio desta publicação, um estudo sobre o perfil dos candidatos inscritos e classificados no vestibular do CEFET-PA/2006. Como se pode constatar, os estudos sobre o caráter seletivo do ensino superior no Brasil têm se centrado, freqüentemente, na análise dos determinantes econômicos, sem levar em conta o efeito de outros elementos como a cor e o gênero que, assim como o *status*, são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população das oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil. Por considerarmos a relevância dessas categorias, é que nos propomos a opção por analisar o desempenho desses sujeitos, em dois pontos importantes (a totalidade dos inscritos e sua relação com os classificados), nesse nível de ensino, considerando, ao lado do status socioeconômico, também a cor. A análise dos dados veio ratificar a idéia de que os cursos mais concorridos têm preenchido a maioria de suas vagas com pessoas da cor branca, oriundos das escolas particulares e com renda familiar superior a dez salários mínimos. A realidade dos dados obtidos mostrou também que o perfil dos candidatos que ingressam nos cursos menos concorridos e, portanto, de menor prestígio social, é de que a maioria dos ingressantes se auto-declaram de outras raças, concluíram o ensino médio com exclusividade em escolas da rede pública e são oriundos de famílias com renda inferior a dez salários. O apoio a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afro-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e indígenas parece-nos, hoje, a mais oportuna saída.

PALAVRAS-CHAVE: Vestibular; Ação afirmativa; Censo ensino superior; Inclusão; acesso.

1. INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior públicas vêm desempenhando um papel de fundamental importância no crescimento e desenvolvimento social, econômico e cultural no Brasil. A sua participação atuante e consciente em vários setores da sociedade contribuíram de forma decisiva para o processo de mudanças desencadeadas, principalmente, a partir da segunda metade do século passado.

Neste contexto, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) vem contribuindo em relação aos seus cursos superiores desde 2001 para o processo de desenvolvimento regional e nacional com a realização de estudos sistemáticos de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos ao nível de suas necessidades. Por este motivo, a CEFET-PA se consolidou ao longo de sua história como um importante instrumento de incentivo à cultura, economia e política no âmbito da sociedade paraense.

Para a transformação desta instituição visando o cumprimento de suas principais diretrizes voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico da região é preciso contar com os esforços não apenas dos servidores técnico-administrativos e docentes, mas também de todos os seus alunos. Neste sentido, é de suma importância que o CEFET-PA tome conhecimento do perfil da demanda que pleiteia o acesso aos cursos superiores desta instituição através do seu processo seletivo, já que parte dela ingressará futuramente na instituição. De posse desse conhecimento, o CEFET-PA poderá criar mecanismos para melhor planejar as suas ações e metas futuras em relação ao atendimento a esta demanda.

Este artigo visa, portanto, apresentar o perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no vestibular do CEFET-PA. Esperamos que estas informações sejam úteis a pesquisadores, professores, estudantes, enfim, a todos os interessados em conhecer um pouco mais sobre a demanda social desta instituição.

No âmbito da comunidade predomina a idéia de que as vagas do CEFET-PA são preenchidas, em sua maioria, por alunos da cor branca, procedentes das escolas particulares e cujas famílias pertencem às classes média e alta. É comum a afirmação de que “o CEFET-PA é uma instituição elitizada” e que não atende à sua verdadeira demanda na condição de instituição pública e gratuita. Com este documento, a instituição pretende contribuir para que a comunidade acadêmica e a sociedade civil tome conhecimento dos números que mostram a realidade da instituição. Estes dados poderão ou não confirmar a visão de “instituição elitista” que o CEFET-PA tem sustentado.

O Governo atual, através do Ministério da Educação, desencadeou um amplo processo de discussão, diante da demanda dos diversos setores da sociedade civil organizada, onde ficou constatado que o racismo tem estado presente nas universidades públicas brasileiras. Por conseguinte, o MEC tem acenado positivamente junto às iniciativas de instituições de educação superior que se mostrem dispostas a adotar políticas de cotas e outras medidas de ações afirmativas para promover o acesso de negros às instituições públicas de ensino superior.

No bojo dessa discussão, o CEFET-PA, em 2005, acenou com a possibilidade de investir em políticas de ações afirmativas para negros, índios, índio-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e estudantes provenientes das escolas públicas através do Projeto Vestibular Solidário. Além de sempre ter concedido o benefício da isenção de taxas no seu processo seletivo aos candidatos que comprovem que não possuem condições financeiras para o pagamento das mesmas. Atualmente foi aprovado através de convênio com a UNESCO e o Banco Mundial o PICEFET (Projeto Inovador de Curso do CEFET-PA), cujo objetivo é contribuir com as políticas afirmativas do Governo Federal para o ingresso de afro-descendentes, índio-descendentes e estudantes carentes) aos cursos superiores tanto do CEFET-PA quanto de outras instituições de ensino superior do Pará. Enfim, é importante

ressaltar que esta instituição tem envidado esforços no sentido de criar mecanismos que facilitem o acesso e a permanência de todos a esta instituição, procurando respeitar e valorizar a diversidade.

Com o intuito de conhecer a real demanda dos candidatos a uma vaga nos cursos superiores desta instituição, quanto à cor, procedência, sexo, inscritos por faixa etária e de renda, dentre outros é que apresentamos, por intermédio desta publicação, um estudo sobre o perfil dos candidatos inscritos e classificados no processo seletivo do CEFET-PA/2006, incluindo aqui inclusive os candidatos que não responderam ao questionário sócio-cultural.

Como se pode constatar, os estudos sobre o caráter seletivo do ensino superior no Brasil têm se centrado, freqüentemente, na análise dos determinantes econômicos desse processo, sem levar em conta o efeito de outros elementos como a cor e o gênero que, assim como o *status*, são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população das oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil. Por considerarmos a relevância dessas categorias no processo de seletividade social que se verifica no sistema superior de ensino, é que nos propomos a opção por analisar o desempenho dos candidatos inscritos no Processo Seletivo de Ingresso aos Cursos Superiores/2006 do CEFET-PA, em dois pontos importantes (a totalidade dos inscritos e sua relação com os classificados), nesse nível de ensino, considerando, ao lado do status socioeconômico, também a cor.

2. O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O acesso ao ensino superior está historicamente relacionado ao alcance e manutenção de privilégios, o que explica o seu caráter fortemente seletivo. No Brasil, diversos autores têm desenvolvido esforços para compreender o modo como ocorre a participação dos segmentos sociais nesse nível de ensino (Brito e Carvalho, 1978; Castro e Ribeiro, 1979; Ribeiro, 1981, 1983, 1990; Serpa, 1989; Monteiro, 1990; Bessa, 1990; Santos, 1997; Maggie, s/d; Nogueira, 2000).

Para Serpa (1986), o caráter seletivo do ensino superior foi reforçado, no Brasil, pelas características que assumiu a criação do sistema educacional, estruturando o ensino superior antes do ensino primário, no início do século XX. A grande expansão das vagas, nas universidades, ocorrida nos anos 60 e 70 não foi capaz de mudar essa característica. A ampliação do acesso não foi acompanhada por um processo de democratização na participação nas áreas e cursos no interior da universidade. No contexto de uma política voltada para promover o crescimento econômico do país, a partir do financiamento externo, tal expansão visava a preparação de recursos humanos para suprir as necessidades futuras de mão-de-obra demandada pelo processo de crescimento, através da formação de cientistas, pesquisadores e técnicos. Esse processo, ao contrário de democratizar oportunidades, parece ter mantido e, até mesmo, aprofundado a seletividade que marca esse nível do sistema de ensino (BRITO E CARVALHO, 1978).

Ribeiro (1983) considera o sistema educacional brasileiro como um dos mais seletivos do mundo. Estudos têm apontado o aumento da participação de estudantes provenientes de famílias de elevada condição socioeconômica, nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, aprofundando a desigualdade de acesso às oportunidades educacionais. Maggie, (s/d. 3)T observa que “na verdade não há propriamente ricos e pobres na universidade, porque para ingressar no sistema universitário é preciso já ter um certo nível de renda, um capital cultural”.

Para a autora, o aumento das vagas que permitiu o acesso de um maior contingente de mulheres, negros e estudantes das periferias ao ensino superior revela-se “um sistema que quanto mais muda, mais permanece

o mesmo” (MAGGIE, *idem*). A tendência à seletividade evidencia-se não apenas no acesso ao ensino superior de um contingente melhor aquinhado em termos de herança familiar e educacional, mas, sobretudo, nas escolhas de determinadas carreiras por candidatos que apresentam perfis socioeconômicos muito similares (RIBEIRO, 1987).

O papel da equidade subjacente ao acesso à universidade, seu papel de reparar ... as injustiças sociais, praticamente não atinge os níveis sociais que na sociedade brasileira são de fato carentes, observam Castro e Costa Ribeiro (1979. p. 10). Uma das razões está relacionada a deficiências nos níveis anteriores de ensino. Os “de fato carentes” quase não terminam o ensino médio e, portanto, não são afetados por uma abertura ou um fechamento da universidade. Mesmo constatando uma progressiva elevação na participação dos níveis sócio-econômicos menos elevados na universidade, consideram que essa tendência é bastante modesta (*idem*).

O vestibular tem sido freqüentemente um alvo privilegiado por essas análises. No final dos anos 80, Castro e Ribeiro (1979), contrariando a observação pessoal dos professores de que os alunos que ingressavam na universidade apresentavam um nível melhor do que o de outros tempos, consideravam que a universidade estava recebendo alunos de nível, em média, inferior aos que recebia antes. Para os autores tinha havido uma queda na competência do alunado, sugerindo que os mais fracos de agora seriam ainda mais fracos do que os de antes.

Brito e Carvalho (1978) observam a questão de um outro ponto de vista, mostrando que a competência do alunado está relacionada ao seu status socioeconômico. Assim, nos cursos de mais alta seletividade sócio-econômica, que são também os de maior competitividade, são freqüentados por estudantes de mais elevado desempenho. Ao contrário, os cursos de baixa seletividade tendem a recrutar candidatos que se caracterizam tanto por um status sócio-econômico como por uma capacitação pessoal mais precária (p.102).

Como se pode constatar, os estudos sobre o caráter seletivo do ensino superior no Brasil têm se centrado, freqüentemente, na análise dos determinantes econômicos desse processo, sem levar em conta o efeito de outros elementos como a cor e o gênero que, assim como o *status*, são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população das oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil. Por considerar a relevância dessas categorias no processo de seletividade social que se verifica no sistema superior de ensino, é que fizemos a opção por analisar o desempenho dos estudantes, em dois pontos importantes do seu trajeto escolar, nesse nível de ensino, considerando, ao lado do status socioeconômico, também a cor.

3. OS DADOS DO VESTIBULAR/2006 NO CEFET-PA

No que tange aos inscritos, que perfazem um total de 5096 (Cinco Mil e Noventa e Seis) candidatos, observou-se que 88,40% são solteiros, 8,5% se disseram casados, 2% em outras situações. Em menor escala, 0,1% se declararam viúvos, 0,61% separados e 0,39% não responderam ao questionamento.

Quanto aos aprovados, 335 (Trezentos e Trinta e Cinco), 96% são solteiros, 3% são casados e 1% se encontram inseridos no grupo de outros relacionamentos.

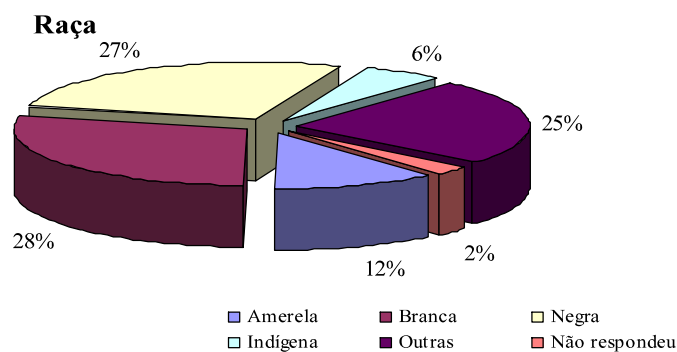
Do total de inscritos, 28% se auto-declararam brancos, 27% negros, 25% diz-se pertencer a outras raças, 12% se declararam da raça amarela e 6% indígenas. No entanto, 2% optou por não responder ao questionamento, conforme pode ser visualizado no gráfico 1.

Dos aprovados, 34% se auto-declararam brancos, 30% de outras raças, 20% são negros, 10% amarelos, 4% indígenas e 2% optou por não responder ao questionamento (Gráfico 2).

Estes dados indicam a necessidade de ampliação do acesso das minorias ao CEFET-PA, no intuito de fortalecer e reconhecer a diversidade racial e os valores culturais da população brasileira. Além disso, esta iniciativa é importante no sentido de tentar superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, não apenas na educação,

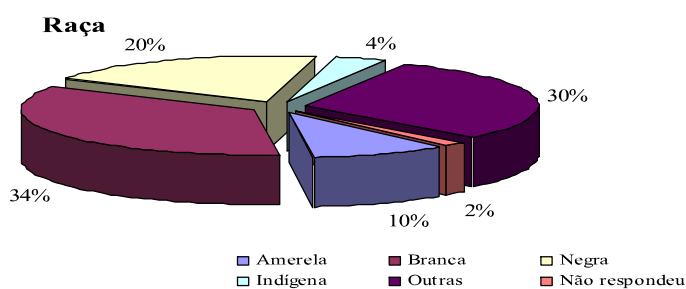
como também em outros setores da sociedade.

GRÁFICO 1
RAÇA INSCRITOS



FONTE: GTI – Fevereiro/2006

GRÁFICO 2
RAÇA CLASSIFICADOS



FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Do total de inscritos, 50% concluíram o ensino médio totalmente em escola pública, 27% totalmente em escola da rede privada, 12% concluiu a maior parte em escola pública, 8% concluiu a maior parte dos estudos em escola da rede privada, 2% concluiu o ensino médio em supletivo, enquanto que 1% não opinou (Gráfico 3).

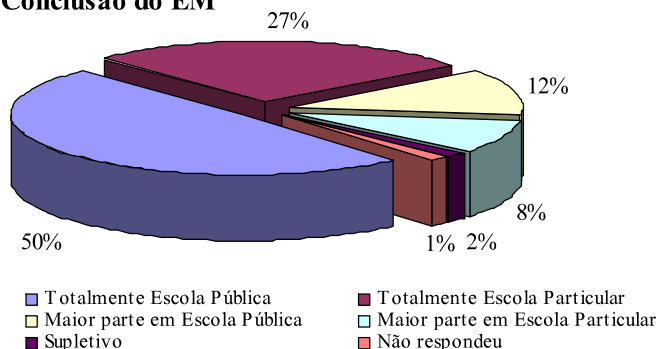
Dos classificados no processo seletivo para ingresso nos cursos superiores do CEFET-PA, 42% concluíram o ensino médio totalmente em escola da rede privada de ensino, 38% concluíram o ensino médio totalmente em escola da rede pública, 11% a maior parte em escola da rede pública, 7% concluiu a maior parte em escola da rede privada, 1% no supletivo e 1% não respondeu. (Gráfico 4).

Observa-se aí que embora a busca maior dos inscritos, 50% ter cursado o ensino médio totalmente de escola pública, a maioria das vagas, quase a metade delas, foi preenchida pelos alunos que cursaram a totalidade do ensino médio na rede privada (42%). O que denota a fragilidade do aluno oriundo da escola pública em relação ao da rede privada de ensino.

Esta tendência de queda, aliás, é um dos fatores que justificam a adoção de uma política afirmativa que vise corrigir as distorções apresentadas no preenchimento das vagas nos cursos superiores desta instituição.

GRÁFICO 3
CONCLUSÃO ENSINO MÉDIO INSCRITOS

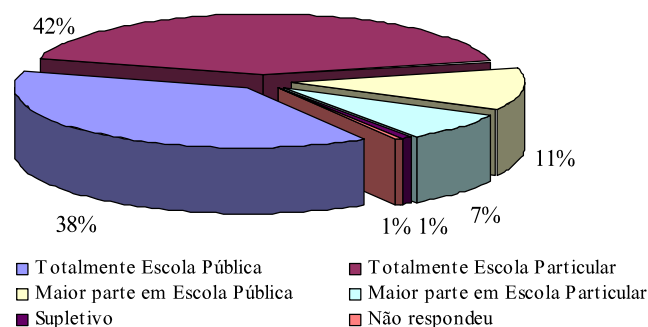
Conclusão do EM



FONTE: GTI – Fevereiro/2006

GRÁFICO 4
CONCLUSÃO ENSINO MÉDIO CLASSIFICADOS

Conclusão do EM



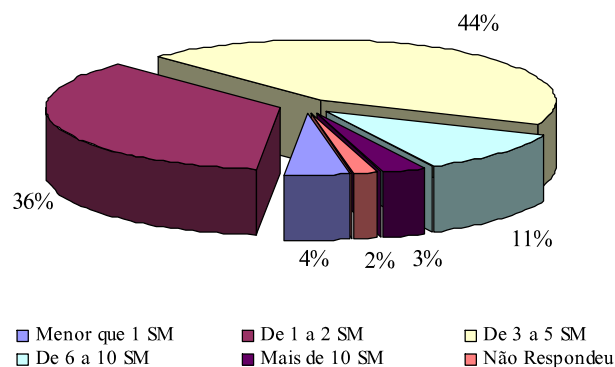
FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Do total de inscritos, 44% declararam ter renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos, 36% de 1 a 2 salários mínimos, 11% possuem entre 6 a 10 salários mínimos, 4% apontam renda menor que 1 salário mínimo, 3% apresentaram renda maior que 10 salários mínimos e 2% não respondeu ao questionamento, conforme gráfico 5.

Quanto aos classificados, de acordo com o Gráfico 6, 47% declararam ter renda entre 3 e 5 salários mínimos, 23% entre 1 a 2 salários mínimos, 22% entre 6 a 10 salários mínimos, 6% apresentou renda de mais de 10 salários, 1% menor que 1 salário mínimo e 1% não respondeu ao questionamento proposto.

GRÁFICO 5
RENDA FAMILIAR MENSAL - INSCRITOS

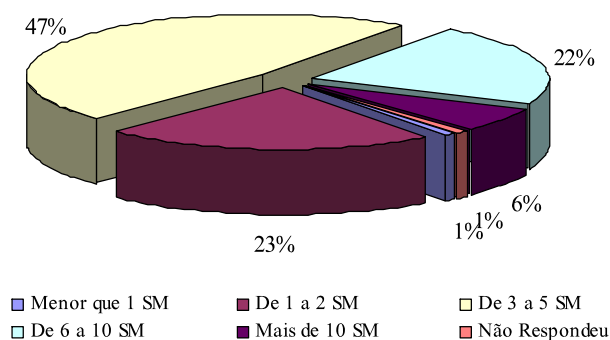
Renda familiar mensal



FONTE: GTI – Fevereiro/2006

GRÁFICO 6
REND A FAMILIAR MENSAL - CLASSIFICADOS

Renda familiar mensal



FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Esses indicadores sociais reafirmam a necessidade de pensarmos a democratização da sociedade brasileira tendo como referência necessária, Políticas de Ações Afirmativas que venham ao encontro da superação dessas seculares desigualdades sociais. O projeto possibilita a criação de uma rede de experiências que contribuem assim, no fortalecimento desse campo temático no interior da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com a elaboração deste texto, informar à comunidade acadêmica e à sociedade paraense, em geral, sobre as principais características sociais e econômicas que formam o perfil dos pleiteantes a uma das concorridas vagas nesta instituição. Para tanto, foram consideradas as respostas dadas pelos candidatos por meio do questionário sócio-econômico quando da inscrição no processo seletivo.

A análise dos dados veio ratificar algumas impressões da sociedade em relação ao perfil daqueles que ingressam na instituição pela via do vestibular. Assim, a idéia de que os cursos mais concorridos têm preenchido a maioria de suas vagas com pessoas da cor branca, oriundos das escolas particulares e com renda familiar superior a dez salários mínimos foi amplamente confirmada.

A realidade dos dados obtidos por meio do questionário mostrou também que o perfil dos candidatos que ingressam nos cursos menos concorridos e, portanto, de menor prestígio social, é bem diferente do exposto acima. Nestes, a maioria dos ingressantes se auto-declaram de outras raças, concluíram o ensino médio com exclusividade em escolas da rede pública e são oriundos de famílias com renda inferior a dez salários mínimos.

A análise fria dos números, no entanto, veio refutar algumas “verdades” tidas como incontestáveis. Um claro exemplo disso é a idéia amplamente difundida na sociedade de que a maioria dos estudantes do CEFET-PA são oriundos de famílias com alto poder aquisitivo. Os dados apresentados indicaram que, do total de inscritos, 44% declararam ter renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos, 36% de 1 a 2 salários mínimos, 11% possuem entre 6 a 10 salários mínimos, 4% apontam renda menor que 1 salário mínimo, e que apenas 3% apresentaram renda maior que 10 salários mínimos, em média. Mostram os dados, ainda, que em média, dos classificados 47% declararam ter renda entre 3 e 5 salários mínimos, 23% entre 1 a 2 salários mínimos, 22% entre 6 a 10 salários mínimos, 6% apresentou renda de mais de 10 salários e 1% menor que 1 salário mínimo.

Estes resultados refutam os argumentos daqueles que defendem a privatização das instituições de ensino superior públicas, alegando que estas atendem apenas aos indivíduos situados entre os 10% mais ricos da população.

Quanto às políticas afirmativas para a educação superior, o que os dados apresentados indicam é que os processos seletivos para esse nível de ensino têm funcionado como um filtro étnico (que exclui os afrodescendentes e indígenas) e socioeconômico (que exclui os pobres e portadores de necessidades educacionais especiais), e que, portanto, não estão ingressando nas universidades os “mais capazes”, como define a Constituição, mas os mais bem treinados. A introdução de políticas afirmativas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada.

Além disso, essa medida, com certeza, terá um impacto muito positivo sobre a qualidade da educação básica, pois trará de volta para a escola pública muitos segmentos que a abandonaram.

O acesso à universidade só será democratizado de fato quando todos os jovens tiverem condições de cursar um ensino médio de boa qualidade, e nesse sentido, o CEFET-PA já vem atuando ao longo de sua história. Enquanto não chegamos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidam com o critério de mérito na seleção de alunos. O apoio a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afro-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e indígenas parece-nos, hoje, a mais oportuna. E isso, o CEFET-PA já vem realizando com o Projeto Vestibular Solidário e, agora, com o PICEFET.

Em suma, este documento passa a se constituir em mais um dos instrumentos de que dispõe esta instituição para tornar cada vez mais efetiva a mais nobre das suas vocações: a de contribuir, de maneira decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável da região, por meio da geração do conhecimento e do saber, pressuposto fundamental para a promoção humana e inclusão social. Assim, o CEFET-PA estará preparado para desempenhar o papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, constituído por cidadãos em permanente processo de formação, intelectualmente preparados para enfrentar os desafios do novo século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Bauru, Edusc, 1998.

BESSA, Nícia M. **Acesso ao ensino superior no Brasil**. **Estudos de Avaliação Educacional**, S. Paulo: Fundação Carlos Chagas, (1): 47-61. jan./jun., 1990

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Mapa da educação superior**. Brasília, DF: MEC; INEP, 2004. 85p.

-----, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto de Lei que institui o sistema especial de reservas de vagas para estudantes egressos de escolas públicas**. Brasília, DF: MEC, 2004a.

BRITO, Luiz N. e Carvalho, Inaiá M. de. **Condicionantes sócio-econômico dos estudantes da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, CRH/UFBA, 1978.

CASTRO, Cláudio Moura e RIBEIRO, Sérgio. Desigualdade Social e acesso à universidade – dilemas e tendências. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, 3 (4): 3-23, dez. 1979.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAGGIE, Y. **Graduação e Pós-Graduação nas Ciências Humanas no Brasil: desafios e perspectivas**. IFICS – UFRJ. s./d., (mimeo.)

MONTEIRO, Fernando B. M. Condicionantes sociais e econômicos do acesso à universidade. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Nº 1, jan.-jun. 1990, p. 71-119.

NOGUEIRA, Maria Alice Romanelli, Geraldo e Zago, Nadir (orgs). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 125 - 154.

PRIOR, Wilma P. **Determinantes do rendimento no vestibular da Universidade Federal de Sergipe**. Salvador, Faced/UFBA, 1994 (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, Sérgio Costa e Klein, Rubens. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. **Educação e Seleção**, N. 5, Fundação Carlos Chagas, jan./ fev., 1982, p. 29- 43.

RIBEIRO, Sérgio Costa. Acesso ao ensino superior: uma visão. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Nº 1, jan.- jun. 1990, p. 63-69.

-----, Sérgio Costa. Mecanismos da escolha da carreira e estrutura social da universidade. **Educação e Seleção**, Nº 3, 1981.

-----, Sérgio Costa. Quem vai à universidade. **Ciência Hoje**. Nº 4, 1983.

SANTOS, Cássio Miranda dos. A aparente responsabilidade do Vestibular na elitização da universidade pública – uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista – 18

VUNESP/1993. **Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, jan./jun., nº 15,1997, p. 226-254.

SERPA, Luiz Felipe P. Universidade brasileira centro de excelência ou indigência?. **Cadernos Expogeo**, Nº 003, Salvador, 1992, p. 45-49.